

Educação é tarefa para voluntários

A criação de um corpo de voluntários da educação foi proposta ontem pelo senador João Calmon (PMDB-ES) como forma de não se interromper o processo de expansão e qualificação da rede de ensino brasileira, que teve seu grande passo dado pela Assembléia Nacional Constituinte ao garantir a vinculação de recursos à educação. A nova Constituição incorporou proposta do próprio Calmon determinando que a União aplique no ensino ao menos 18 por cento de sua receita de impostos, enquanto Estados, Distrito Federal e Municípios investirão no setor o mínimo de 25 por cento, incluindo aí as transferências.

De acordo com Calmon, esse esforço não pode ser interrompido agora. Mas, não é apenas com a garantia de recursos que se conseguirá efetivamente ampliar a rede de ensino e qualificá-la. Por isso mesmo ele acha necessário um passo da própria comunidade. E esse passo virá com a criação de um voluntariado. Os novos voluntários teriam como missão não apenas manter aceso interesse pela educação como fiscalizar o ensino e pressionar por sua qualidade.

O trabalho de Calmon pela qualificação do ensino já tem quase 20 anos. No final dos anos sessenta, ele criou o movimento Década da Educação, propondo que os dez anos seguintes fossem dedicados à conscientização da população brasileira para a necessidade de se investir maciçamente no ensino e à ampliação do setor.

Foi dentro desse espírito que, em 1976, Calmon apresentou emenda constitucional estabelecendo a vinculação de recursos ao ensino.

O Governo determinou a seu partido da época, a Arena, que negasse quorum para a votação, o que se fez. A emenda não passou. No entanto, em 1983 o senador reapresentou sua proposta, então com percentual mais elevado de recursos para o ensino e, dessa vez, conseguiu aprovação — sem um só voto contrário.

A vinculação — na base de 13 por cento, no mínimo, da receita de impostos da União, e 25 por cento de Estados, Distrito Federal e Municípios — foi imediatamente incorporada à Constituição, mas cumprida somente dois anos depois, já com Sarney na Presidência. Com a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, Calmon foi relator da Subcomissão de Educação, Cultura e Desportos; em seu relatório reincorporou a vinculação, elevando novamente o percentual, o que foi mantido integralmente em todas as instâncias de votação da Constituinte.

7 SET 1988